

Breve contextualização acerca das moedas sociais

Diante da exclusão económica e social a que indivíduos e comunidades têm sido expostos - seja pelas medidas de austeridade, seja pela desigualdade fomentada pelo próprio modelo de crescimento - , o consumo solidário revela-se como uma alternativa capaz de fomentar o desenvolvimento local, à medida que valoriza a economia de proximidade, fortalece a articulação dos cidadãos e contribui para que os recursos permaneçam na própria comunidade. O consumo solidário designa experiências de consumo que, por princípio, são colectivas e autogestionárias, promovendo cadeias produtivas mais justas. Nele enquadram-se experiências como os colectivos de consumidores (por exemplo, clubes de compras colectivas ou cooperativas de consumo), as articulações directas entre consumidores e produtores, o comércio justo e as redes solidárias de trocas com recurso à moeda social.

A relevância económica e social das feiras de troca (ou mercados solidários) nem sempre se revela à primeira vista. Entretanto, falar de mercados solidários é falar, também, de empoderamento económico e social dos sujeitos e de democracia participativa (já que o processo de decisão e gestão é partilhado por todos). Ao contrário do que se possa pensar, os mercados solidários não se destinam especificamente à troca de produtos de segunda-mão. Nestes espaços de convívio, trocam-se também, e preferencialmente, produtos da própria lavra, saberes e serviços diversos. Dada a nova sociabilidade que estes mercados alternativos promovem, é comum haver, também, maior articulação dos participantes na identificação de problemas diversos (da aldeia, vila, bairro) e na busca colectiva de soluções. Deste modo, a integração dos cidadãos em circuitos de troca com recurso à moeda social, por iniciativa dos mesmos ou por incentivo de autarquias e/ou associações de desenvolvimento local, contribui para o reconhecimento e valorização dos saberes das pessoas, para o fortalecimento de comunidades economicamente frágeis e para atribuir ênfase à chamada economia de proximidade. Surge, certamente, a pergunta: haverá mesmo a necessidade de uma moeda social para a constituição de redes solidárias de trocas? Uma reflexão sobre as dimensões económica, política, social e pedagógica das moedas sociais poderá trazer algumas pistas sobre a pergunta.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que as moedas sociais estão a expandir-se, como fenómeno sócio-económico, em muitos países, não sendo uma excepção o continente europeu. São moedas em suporte físico (ou virtuais), criadas e geridas por uma comunidade, com o objectivo de promover a economia local, especialmente em lugares onde há grande evasão de recursos (com a circulação dos recursos acontecendo fora da comunidade) e/ou vulnerabilidade económica e social. O uso da moeda solidária e a organização de feiras de trocas também se vinculam à ideia de um outro modelo de consumo, mais colaborativo e mais centrado na valorização dos saberes e fazeres das pessoas da comunidade. Numa dimensão política, estas moedas sociais comunicam uma resposta dos cidadãos à situação de escassez em que vivem em virtude da incapacidade da moeda formal de dar conta de necessidades de consumo básicas. Diferente da moeda oficial, as moedas sociais

não se prestam ao entesouramento; logo, não capitalizam as trocas. Nos mercados solidários, estas moedas destinam-se, prioritariamente, à ampliação das trocas entre pessoas com produtos de diferente valor de uso (imaginemos, por exemplo, dois jovens, um com uma bicicleta e outro com um conjunto de cromos: como realizar a troca direta?). Esta ampliação das trocas ocorre, inclusive, em termos espaço-temporais, já que as moedas podem ser utilizadas fora das feiras de troca, entre os participantes da iniciativa, gerando um círculo virtuoso de circulação interna dos recursos da comunidade. Neste sentido, as moedas sociais não devem ser percebidas como um elemento sem função nas experiências de trocas. Tampouco devem ser vistas como elemento lúdico, já que as iniciativas de troca implicam, à partida, um fenómeno económico, com todas as questões que a adopção de uma moeda implica (por exemplo, liquidez de um mercado), à excepção - isto sim - da especulação a que as moedas oficiais se prestam ou à acumulação a que muitas vezes se destinam. Por este motivo, o uso da moeda social implica seriedade, cuidado e, sobretudo, reflexão.

Relacionamos, abaixo, algumas perguntas que podem contribuir para ampliar o debate acerca de sua possível utilização:

- As moedas sociais resultam de um processo colectivo de decisão?
- A comunidade reúne informações suficientes sobre o uso de uma moeda social?
- Qual(is) função(ões) poderá ter esta moeda no âmbito de uma comunidade específica? Função pedagógica relativamente ao consumo? Promoção de uma maior autonomia económica dos sujeitos? Estímulo à maior circulação do que é produzido internamente (como bem ou serviço)?
- A moeda pode ser estendida a toda a comunidade (de uma aldeia, uma vila, um bairro), sem perda das suas características?
- É possível (ou mesmo indicado) que a iniciativa receba respaldo do poder público local? Existe a hipótese de a iniciativa transformar-se em política pública?
- Como articular o uso das moedas sociais e dos mercados solidários com uma política de desenvolvimento local que leve em conta a opinião e a expectativa dos cidadãos (de uma aldeia, vila ou cidade)?
- Como avaliar os resultados destas iniciativas (tendo em conta que sua temporalidade diversa pode não se enquadrar nas expectativas de resultado preconizadas por eventuais fontes de financiamento)?

Luciane Lucas dos Santos
Postdoctoral Researcher
Centre for Social Studies - University of Coimbra
Colégio de S. Jerónimo. Apart. 3087. 3001-401 Coimbra. Portugal
lucianelucas@ces.uc.pt